



## **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM ESCOLAS URBANAS E O USO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECÍFICOS: REFLEXÕES E DESAFIOS**

### **INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN URBAN SCHOOLS AND THE USE OF SPECIFIC TEACHING MATERIALS: REFLECTIONS AND CHALLENGES**

COELHO, Iandra Maria Weirich da Silva<sup>1</sup>  
ANDRADE, Bruno da Silva<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma discussão sobre a importância da criação e da implementação de materiais didáticos específicos, direcionados para estudantes indígenas em escolas urbanas. Os procedimentos metodológicos adotados incluem pesquisa bibliográfica e documental e uma abordagem qualitativa, com foco na análise das políticas educacionais que regem a Educação Escolar Indígena e um levantamento de materiais didáticos específicos. Os resultados apontam a relevância à revitalização da variedade de línguas e diversidade das situações culturais, linguísticas e geográficas dos povos autóctones, presentes em algumas produções e a carência de discussões que incluam dimensões relacionadas à diversidade, à interculturalidade e à formação integral, bem como, a emergência da elaboração e da publicação de materiais didáticos que contemplem estudantes indígenas e não indígenas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Escolar Indígena; materiais didáticos; Línguas Indígenas; interculturalidade; multilinguismo.

#### **ABSTRACT**

This paper presents a discussion on the importance of creating and implementing specific teaching materials aimed at indigenous students in urban schools. The methodological procedures adopted include bibliographic and documentary research, and a qualitative approach, focusing on the analysis of educational policies that conduct the indigenous school education and a survey of specific didactic materials. The results point to the relevance to revitalize the variety of languages and the diversity of cultural, linguistic and geographical situations of indigenous people, present in

1 Instituto Federal do Amazonas – IFAM. Manaus, AM, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3513-962X> e-mail: [iandrawcoelho@gmail.com](mailto:iandrawcoelho@gmail.com)

2 Instituto Federal do Amazonas – IFAM. São Gabriel da Cachoeira, AM, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6433-0303> e-mail: [brunovisick@gmail.com](mailto:brunovisick@gmail.com)



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

some productions and the lack of discussions that include dimensions related to diversity, interculturality and integral formation, as well as, the emergence of the elaboration and publication of didactic materials that include indigenous and non-indigenous students.

**KEYWORDS:** Indigenous School Education; teaching materials; Indigenous Languages; interculturality; multilingualism.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação Escolar Indígena tem sido uma temática relevante para a realização de estudos em diferentes áreas, tendo em vista o conjunto de diretrizes, documentos e amparos legais que evidenciam o reconhecimento do direito dos índios a firmarem a identidade sociocultural, o uso de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem, no intuito de proteger as manifestações das culturas indígenas e salvaguardar as línguas (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 1998).

Contudo, apesar dos avanços alcançados, por meio de diferentes experiências em curso, “tanto de formação de professores indígenas, quanto do funcionamento das escolas em terras indígenas, é também um fato a ser registrado que muitos são os impasses [...]” (GRUPIONI, 2006, p. 18). Entre eles, destacamos a necessidade de novos estudos e reflexões sobre pesquisa, criação, implementação e divulgação de materiais didáticos, produtos e processos específicos para estudantes indígenas, com o intuito de potencializar novas práticas escolares.

Considerando a compreensão da “[...]escola não como lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo” (CAVALCANTI, 2003, p. 22), evidenciamos a urgência de contemplar esse espaço formativo por meio do discurso do direito a uma educação bilíngue e intercultural, fomentada pelo uso de objetos de aprendizagem específicos, como instrumentos de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, como forma de consolidar uma base sólida para o conhecimento de valores e de normas de outras culturas.

Nessa perspectiva, temos por objetivo discutir sobre a importância da criação e da implementação de materiais didáticos diferenciados e específicos para potencializar o ensino e aprendizagem, principalmente, em contextos educativos que mesclam alunos indígenas e não indígenas. Para tanto, apresentamos um levantamento de produtos, de processos e de metodologias, direcionados ao contexto educativo indígena. A motivação para esse estudo leva em conta a experiência profissional dos autores, no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), que atende, em alguns de seus *campi*, um número



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

expressivo de estudantes indígenas, como é o caso do município de São Gabriel da Cachoeira.

Entre os fatores que justificam este estudo, citamos o fato de que os estudantes indígenas têm as taxas mais baixas de desempenho escolar e altas porcentagens de desistências, tendo entre as causas, a falta de modelos alternativos e materiais didáticos, com foco na construção de novas aprendizagens que tenham significado e atendimento às necessidades específicas dos professores (ZARZA, VELASCO; VÁZQUEZ, 2012).

Esse cenário está relacionado à dificuldade de aprendizagem, desafios na inclusão dos estudantes indígenas e evasão na educação básica. Segundo Lopes (2017), somam-se ainda as diferenças culturais, entre outros fatores, que se apresentam como potenciais índices de desmotivação para os estudantes, por não conseguirem acompanhar os conteúdos com a mesma facilidade dos alunos não indígenas.

Tendo em vista a motivação e a problemática apresentada, cabe destacar que na literatura da área, alguns estudiosos já discutem as vantagens da Educação Indígena, tanto na modalidade bilíngue, como monolíngue, além da necessidade de produção de materiais didáticos (CASTILLO, 2011; KUKUSH; ANTONIETA, 2012), justificando a temática aqui discutida. Segundo Troquez (2012), é possível verificar a quase inexistência de materiais específicos para esse contexto educativo, evidenciando a necessidade de estudos e de desenvolvimento desses produtos, além de pesquisas que tratam sobre o levantamento da produção (SANTOS *et al.*, 2015, p. 13714).

Evidenciamos, portanto, a emergência da produção e o uso desses materiais em um contexto de evidência dos significados da escolaridade para membros de uma comunidade indígena, que, apesar de conquistarem espaços nas instituições escolares, não têm acesso a programas específicos para indígenas, tampouco a produtos e a processos construídos desde uma perspectiva que favoreça o uso de diferentes línguas e culturas. Dessa forma, as práticas adotadas de natureza "alheia às formas de aprender e de viver nas comunidades indígenas causaram não apenas iniquidades no acesso, mas, além disso, a distância de suas comunidades de origem" (CZARNY, 2007, p. 924), em um cenário em que os estudantes costumam "negar suas identidades cultural e linguística, desistindo de suas origens de pertencimento, como efeitos da escola homogeneizadora" (CZARNY, 2007, p. 924).

Com base nesse panorama apresentado, adotamos como procedimentos metodológicos o levantamento de cunho bibliográfico e documental, com uma fase qualitativa de coleta e análise dos dados, com o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2007), com foco em três categorias principais: identidade, diversidade e perspectivas de formação integral, apresentando algumas reflexões sobre a importância de potencializar a criação de materiais didáticos, processos e produtos educacionais, por meio de pesquisas e novas práticas. Para tanto, identificamos na literatura da área questões relacionadas ao



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

fomento das línguas indígenas, à necessidade de desenvolvimento de materiais didáticos específicos e à análise de um conjunto desses materiais (CASTILLO, 2011; FRIDA ZARZA; VELASCO; VÁZQUEZ, 2012).

## **A LEGISLAÇÃO VIGENTE E A IMPORTÂNCIA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E DOS MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECÍFICOS NO ENSINO E APRENDIZAGEM EM ESCOLAS NÃO-INDÍGENAS**

O reconhecimento dos saberes indígenas no sistema de ensino brasileiro deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988 - CF 1988, que assegurou a utilização das línguas maternas indígenas e processos próprios de aprendizagem no Ensino Fundamental Regular, e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN 9.394/1996), que reforçou esse direito, reafirmando, por meio do Art. 78, que "o Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas para oferta de Educação escolar bilíngue", objetivando proporcionar aos índios a valorização de suas línguas.

Outros documentos complementares também direcionam a política de Educação Escolar Indígena, no contexto educativo brasileiro, tais como a Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Entre as disposições, destaca-se a necessidade de "elaboração de materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e as especificidades das etapas e modalidades da Educação Escolar Indígena", visando à construção de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e monolíngues, em diferentes formatos e modalidades.

Na década de 1990, também foi criado o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas - RCNEI (BRASIL, 1998), atendendo às reivindicações de movimentos indígenas e indigenistas que lutavam por uma educação escolar diferenciada. Trata-se de um documento que auxilia na implementação do currículo e de projetos pedagógicos diferenciados para os povos indígenas, bem como a elaboração de materiais didáticos pedagógicos desenvolvidos por lideranças indígenas de todo o país, junto a especialistas da educação, antropólogos e professores de diversas áreas do conhecimento.

No documento, a formação de professores indígenas é abordada com vistas ao aspecto formativo e à atuação e profissionalização desses docentes para atuarem como pesquisadores de suas próprias línguas e culturas, visando a "incentivá-los à pesquisa linguística e antropológica e para a produção de material didático" (BRASIL, 1998, p. 42), como forma de adequar o processo de formação à realidade bilíngue e/ou multilíngue.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

Com base em tais documentos, não se pode ignorar os contextos bilíngues de minorias, uma vez que podem ser localizados diferentes povos indígenas em quase todo o território nacional, principalmente, na região norte e centro-oeste. Um desses casos é o Instituto Federal do Amazonas, especialmente um de seus *campi*, localizado em São Gabriel da Cachoeira<sup>3</sup>, município do Amazonas que faz fronteira com Colômbia e Venezuela. Foi o primeiro a co-oficializar as quatro principais línguas indígenas de sua região que sobreviveram pela tradição oral que as manteve vivas por gerações: *Nheengatu*, *Tukano*, *Baniwa* e *Yanomami*, por meio da Lei Municipal n. 145, de 11 de dezembro de 2002 (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, 2002), e regulamentada pela Lei n. 210, de 31 de outubro de 2006 (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, 2006). Essas leis garantem aos povos indígenas da região, a utilização de suas línguas nativas no município, de forma a valorizar o índio e sua cultura, possibilitando a comunicação nos dialetos locais.

Muitos estudantes deste campus são oriundos de comunidades indígenas, com uma linguagem própria, em que o português não é a língua materna. Nesse cenário, deve-se refletir sobre a importância das línguas na constituição de novas práticas e desenvolvimento de materiais, produtos e processos que possam contribuir nesse contexto educativo, com o intuito de potencializar uma educação equitativa, considerar a diversidade linguística e a forma como instituições trabalham saberes, procedimentos e atitudes de estudantes indígenas e não indígenas, desde uma perspectiva cultural e linguística, visando à construção de um processo de ensino e aprendizagem que possam integrar conhecimentos tradicionais e científicos.

A escola, lugar diversificado de crença e costumes, valores e opiniões, é um espaço de interculturalidade quando uma ou mais culturas entram em interação uma com a outra. O corpo docente da escola deve considerar a interculturalidade em seu trabalho pedagógico junto ao aluno indígena, para que possa haver reflexão sobre o que se está trabalhando em sala de aula. (SANTOS; SERRÃO, 2017, p. 214)

Essa educação intercultural, pautada no contexto social deve considerar os diferentes costumes, hábitos, língua, desde uma dimensão democrática e crítica,

3 São Gabriel da Cachoeira está localizado no noroeste do estado do Amazonas e de acordo com o Censo (2010) conta com uma extensão geográfica de 112.225 km<sup>2</sup>, possuindo cerca de 23 comunidades indígenas, distribuídas ao longo de sua zona territorial. É considerado o município mais indígena do Brasil, com 90% de seus habitantes considerados indígenas e 80% desses, residentes na sede do município. São Gabriel possuía até o último censo realizado, 37.896 habitantes, dos quais 29.017 se autodeclararam indígenas (IBGE, 2010).



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

permitindo que a instituição de ensino se torne um *locus* de construção e socialização do conhecimento produzido, “respondendo aos anseios das comunidades indígenas, e não indígenas, reafirmando o respeito à diferença e às que asseguram a legislação vigente” (SANTOS; SERRÃO, 2017, p. 215).

Nesse sentido, podem-se destacar os obstáculos enfrentados no processo de ensino e de aprendizagem em instituições educativas não indígenas. Segundo Santos e Serrão (2017, p. 217), “[...] a escola urbana não se preparou para receber alunos de culturas diversas”. Esses estudantes de cultura indígena saem, muitas vezes, de suas comunidades “para morar na cidade, trazendo consigo modos próprios de perceber o mundo, de se expressar e de apreender conhecimentos”. Para os autores, “as escolas urbanas não foram e não estão preparadas para receber essa clientela, [...] com modos próprios, específicos e diferenciados de apreender conhecimentos”.

Mediante tais obstáculos, além da efetiva formação dos professores, também, se faz necessário o desenvolvimento de pesquisas e materiais, com enfoque no uso das línguas indígenas e elaborados a partir de demandas e necessidades específicas. Para Santos *et al.* (2015, p. 13707-8), “essa demanda é ampliada pela necessidade de sistematização dos conhecimentos indígenas, que tem mobilizado o movimento indígena a buscar a publicação de material específico”.

Segundo Troquez (2012), a elaboração de materiais didáticos específicos deve contemplar, entre outros aspectos, a sistematização de saberes próprios, considerada uma das condições da escola indígena, com efetivo reconhecimento e compreensão das “diversas culturas presentes em sala de aula, considerando essa multiplicidade de formas de percepção do mundo e apreensão da realidade e dos conhecimentos” (SANTOS; SERRÃO, 2017, p. 223).

De acordo com Cortesão e Stoer (2003), em determinadas situações pedagógicas, é por meio dos materiais didáticos que se faz a recontextualização pedagógica do saber.

Assim sendo, a grande tarefa de ‘tradução’, essencialmente, é realizada a nível da elaboração de materiais didáticos. Estes procuram combinar uma recontextualização dos saberes científicos contemplados pelos conteúdos programáticos, aqueles saberes que foram considerados importantes para serem transmitidos e, simultaneamente, fazem uma interpretação de finalidades, e de metodologias, que constam do projeto curricular, tendo também em atenção os ritmos de aprendizagem que se esperam ‘normalmente’ dos alunos. (CORTESÃO; STOER, 2003, p. 200)

Levando em conta que os povos indígenas têm o direito de afirmar suas expressões socioculturais e línguas, acreditamos que, por meio da criação e implantação de novos



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

produtos e processos, é possível fomentar a autonomia, defesa do patrimônio e dos valores culturais e linguísticos, sendo relevante trazer para dentro do contexto escolar, materiais que subsidiam a manutenção e a valorização da língua indígena. Para Grupioni (2006, p. 50), "esses materiais constituem o produto mais visível da prática de uma educação intercultural e bilíngue". O autor afirma que a produção ainda é escassa e o acesso a esses materiais é precário, além de ser considerada "uma tarefa complexa e difícil de executar" (SILVA, 2007, p. 97).

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados utilizada na constituição deste estudo se deu por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Com essas pesquisas, foi possível produzir novos conhecimentos a partir da compreensão do fenômeno em estudo.

Teve início com uma fase de coleta e de seleção de pesquisas relacionadas à criação de materiais didáticos para o contexto indígena. Nesse percurso de organização, a amostra ficou composta por treze (13) trabalhos, com base em um levantamento em diferentes repositórios, tais como *SciELO*, *Google Acadêmico* e *Latindex* (Quadro 1).

Quadro 1. Levantamento de materiais didáticos com foco nas línguas indígenas

Autor	Material didático/Produto/Processo	Descrição
Amazonas (1998)	Projeto Pira-wara	Propõe aos povos indígenas uma educação diferenciada utilizando livros didáticos na própria língua e em português, fomentado um ensino de qualidade que compreende seus anseios perante ao seu aprendizado.
Brasil (2008)	Materiais Didáticos e Paradidáticos em Línguas Indígenas	Trata-se de um conjunto de livros, CDs e DVDs produzidos nas línguas de 38 etnias indígenas com o objetivo de auxiliar na aprendizagem e na revitalização da língua e cultura desses povos.
Cebrián e Málaga (2010)	Nuestra amiga la lapa: Jogo interativo	Aborda questões ambientais como, extinções dos animais da região estudada pelos autores através de um jogo interativo.
Marques (2010)	Produção audiovisual como instrumento de resistência dos povos indígenas	Este material tem como objetivo desenvolver a produção de vídeos documentários, elaboração de roteiros, uso de câmeras, edição de vídeos, produção de imagens pelos índios, com sua própria linguagem.
Castillo (2011)	Elaboración de materiales educativos en lenguas indígenas: " el interactivo otomí	Produção de materiais didáticos alternativos, baseados no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramenta de criação de material educativo, criadas a partir do Laboratório de Língua e Cultura "Víctor Franco Pelletier", do Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social, um espaço multidisciplinar que conta com a participação de linguístas, historiadores, antropólogos, comunicadores, educadores e outros especialistas.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

Zarza, Velasco e Vázquez (2012)	Manual para a elaboração de materiais multimídia em contextos de diversidade linguística e cultural.	Auxilia os professores a criarem materiais multimídia voltados à diversidade linguística e cultural dos alunos indígenas.
Zarza, Velasco e Vázquez (2012)	Ra deza ku ya 'ñini Jogo de cartas e tabuleiro.	Discute a valorização da língua indígena através de jogos de cartas e tabuleiros que auxiliam na fixação da língua indígena.
Campetela (2014)	Proposta de material didático para ensino e aprendizagem do Português como segunda língua em escolas indígenas	Traz o ensino da língua portuguesa em escolas indígenas considerando a cultura indígena em seu material didático-pedagógico, ou seja, o material aborda assuntos que contextualizam o cotidiano dos alunos indígenas.
Azevedo (2015)	Minidicionário trilingue indígena Sateré - Mawé em Libras e Língua Portuguesa = Mye'ym musu hit: Sateré - Mawé, Libras hawyi Karaiwa pusu	Este produto trabalha a inclusão de alunos indígenas surdos através de um dicionário de língua de sinais.
Filho, Duarte, Pires e Faria (2018)	Ferramenta Digital para Letramento na Língua Yëgatu para Dispositivos Móveis	Propõem jogos educativos que auxiliam no letramento e valorização da língua materna dos estudantes.
Valentini (2018)	Pensando com o outro: a temática indígena e as possibilidades didáticas nos vídeos do youtube.	Aborda aspectos históricos, culturais e linguísticos por meio do uso do Youtube como ferramenta didática, na qual os estudantes pesquisam e editam vídeos com a temática indígena.
Silva, Dias e Andrade (2019)	Apostilas ilustrativas	Elaboração de um material didático pedagógico bilíngue para difusão de informações na área de informática, por meio da elaboração de apostilas ilustrativas contendo a descrição dos nomes de peças do computador, gabinetes e seus principais componentes que estão armazenados internamente ou externos e que fazem a comunicação entre eles.
Guimarães (2019)	As danças indígenas na formação inicial em educação física: app didático para o 2º ciclo do ensino fundamental.	Trata-se de um aplicativo para dispositivos móveis que aborda danças indígenas no ensino fundamental, buscando o fortalecimento e valorização da cultura indígena.

Fonte: Elaboração própria (2021)

Por meio de uma categorização das respostas, inicialmente foi realizada uma análise dos critérios lexicais e uma leitura flutuante, a fim de classificar as palavras segundo seu sentido e sua evidência, a partir de "uma representação simplificada dos dados brutos" (BARDIN, 2007, p. 112-113), com base no cálculo de frequência das palavras. Tendo-se em vista o referencial teórico e os dados secundários coletados, a análise centrou-se nos seguintes marcadores qualitativos: identidade, diversidade e perspectivas de formação integral, com foco na compreensão do lugar de articulação entre



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

os materiais que já foram produzidos no âmbito da Educação Indígena e as concepções geradas a partir deles.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, os resultados apontam que os materiais didáticos propostos buscam desenvolver e reforçar as competências linguísticas e comunicativas dos estudantes indígenas, com ênfase na diversidade cultural e linguística. Os textos trazem algumas referências à valorização da cultura e da língua e melhoria da qualidade da aprendizagem escolar.

Os resultados, também, evidenciam alguns descompassos e limitações referentes às discussões sobre concepções relacionadas à diversidade, identidade e formação integral dos estudantes. A discussão de tais conceitos faz-se pertinente, não apenas na produção de materiais didáticos específicos, mas também na organização de currículos e de propostas adequadas às diferentes modalidades de ensino, no sentido de potencializar os processos de aprendizagem e novas práticas, em que seja possível afirmar as expressões socioculturais, assegurar a interculturalidade e o multilinguismo, com foco no desenvolvimento dos estudantes (indígenas e não indígenas) em todas as suas dimensões.

Outras discussões relacionadas a essas dimensões, tais como a interculturalidade ou a educação bilíngue, tampouco são representativas na amostra analisada. A relevância desses conceitos deve-se à necessidade de “um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e à etnicidade” (GRUPIONI, 2006, p. 47).

Para Grupioni (2002, p. 43), “no plano governamental, ainda são tímidas as iniciativas que garantem uma escola de qualidade que atenda aos interesses e aos direitos dos povos indígenas em sua especificidade diante dos não índios e em sua diversidade interna (linguística, cultural e histórica)”. Portanto, faz-se necessário fomentar propostas para elaboração e para publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados, metodologias e afins para o desenvolvimento da formação humana integral dos alunos, visando ao protagonismo social e cultural, com expressões e linguagens singulares, o reconhecimento da diversidade e diferentes identidades culturais, a substituição de modelos culturais homogêneos por modelos multiculturais, o favorecimento do diálogo intercultural (IBÁÑEZ-SALGADO *et al*, 2012), o respeito às diferenças e as questões relacionadas à legislação vigente (SANTOS; SERRÃO, 2017).

Para que isso aconteça, é vital que se identifiquem meios para promover a língua indígena. Por meio desse cenário, destacamos o importante papel dos Institutos Federais, especialmente os que estão presentes nas regiões onde há concentração de povos indígenas, nas ações voltadas para potencializar a interculturalidade e o multilinguismo, como superação de uma visão reducionista, que possa subsidiar “[...] uma teoria



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

pedagógica específica sobre a diversidade e sua relação com a identidade [...]” (FREIRE, 2009, p. 41 - 42).

Nesse sentido, os espaços formativos devem ser os locais “onde se debatem e se constroem conhecimentos e estratégias sociais sobre a situação de contato interétnico, espaços públicos em que situações de ensino e aprendizagem estão relacionadas às políticas identitárias e culturais” (SANTOS; SERRÃO, 2017, p. 2013). Dessa forma, “os processos identitários, longe de representarem isolamento, guardam relação com atos políticos de afirmação de “uma identidade étnica diferenciadora” e com “circulação dinâmica dos significados” que podem ser potencializados em sala de aula (PEREIRA, 2020, p. 27), “o que se constitui um grande desafio para as escolas”. (MURABAC SOBRINHO, 2010, p.153)

Para Mubarak Sobrinho (2010, p.139), o contexto escolar deveria consolidar novas possibilidades para que os estudantes aprendam os conhecimentos necessários, sem a distinção entre os lugares das culturas indígenas, que, segundo o autor, são “totalmente ausentes no contexto escolar”, evidenciando uma lógica escolar “que determina a existência de uma hierarquia de saberes em que os padrões da vida social urbana devem ser seguidos como o modelo hegemônico vigente” (MURABAC SOBRINHO, 2010, p.139).

Fazem-se necessárias, portanto, novas reflexões sobre esse panorama, em que a diversidade de culturas e etnias são preponderantes, com ações para diminuir as diferenças e construir mecanismos pedagógicos que possibilitem um diálogo intercultural (MURABAC SOBRINHO, 2010). “Pensando no contexto amazônico, seria um grande equívoco tratar as culturas indígenas como se fossem homogêneas e fechadas em si mesmas, sendo apenas diferenciadas por sua entrada no cenário histórico” (MURABAC SOBRINHO, 2010, p.153).

Acreditamos que uma das importantes ações a serem fomentadas, nesse sentido, refere-se à criação e ao amplo uso de materiais didáticos bilíngues que possam auxiliar no processo de ensino e de aprendizagem, assim como diminuir fronteiras, aproximar culturas, buscar a eliminação de diversos tipos de preconceito e discriminação, rompendo com uma visão hegemônica de uso de materiais didáticos, em busca da legitimação de aspectos linguísticos e culturais.

Os desafios de um contexto educativo, permeado por muitas línguas, etnias e culturas são ainda maiores, portanto, é importante adotar novas práticas, processos e produtos com foco nos marcadores qualitativos analisados: identidade, diversidade e perspectivas de formação integral, pautadas na multiculturalidade e plurilinguismo e na operação de categorias de âmbito cultural, como etnia e língua, a fim de diminuir as diferenças e as desigualdades existentes. Isso implica uma nova configuração de uma instituição escolar mais democrática, integradora e humanista, que possa cotidianamente



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

reafirmar uma proposta de novos significados e práticas pedagógicas a partir de seus objetos de aprendizagem.

Antes de concluir as discussões, vale ressaltar, ainda, dois pontos relacionados à amostra analisada. A primeira delas refere-se à presença das tecnologias no desenvolvimento e ao uso dos materiais didáticos específicos indígenas, demonstrando tanto as contribuições das tecnologias digitais para a criação desses materiais como o fomento ao uso dessas tecnologias para o ensino e a aprendizagem no contexto indígena.

A segunda, refere-se a um desafio a ser enfrentado, a carência de produções voltadas para o atendimento de contextos educativos que mesclam alunos indígenas e não-indígenas, como é o caso do material desenvolvido por Silva, Dias e Andrade (2019), evidenciando a necessidade da criação, implementação e validação de novos produtos em formatos bilíngues ou multilíngues, que possam atender a esses contextos emergentes, atravessados por múltiplas culturas e línguas, conforme a situação sociolinguística, demandas e especificidades de cada contexto caracterizado por sua natureza múltipla e diversa.

Segundo Grupioni (2006, p. 49-50), a “produção de materiais didáticos elaborados em contexto de formação dos professores indígenas para serem utilizados com seus alunos, em sala de aula” tem demonstrado resultados positivos no sentido de fomentar o uso da língua indígena na escola. Contudo, esses materiais têm sido desenvolvidos apenas para as escolas indígenas. Isso demonstra uma lacuna e necessidade de novas investigações que possam incluir os contextos educativos mistos com alunos indígenas e não-indígenas.

Nesse sentido, acreditamos que o fomento à criação, uso e validação de produtos educacionais bilíngues, bem como a atualização de metodologias específicas e processos que tenham como parâmetros a compreensão da diversidade, das várias realidades e dos direitos étnicos e socioculturais podem contribuir para fomentar as práticas e condutas de formação identitária, de maneira integral. Esses materiais podem coexistir em diferentes contextos educativos, contribuindo para: i) promover a equidade social, o respeito às características socioculturais e territorialidades; ii) fortalecer as lutas políticas e culturais, na construção de uma sociedade democrática e iii) potencializar práticas que visam uma educação de qualidade, pluralista e transformadora, como uma proposta contemporânea alinhada às demandas educativas do século XXI e com devido reconhecimento da singularidade dos sujeitos e suas múltiplas identidades.

Dessa forma, esses procedimentos e materiais didáticos podem funcionar como “indicadores ou símbolos de pertencimento étnico” (MITCHELL, 2010, p. 397), evidenciados pela “necessidade de produzir material para contribuir com a resistência, manutenção, valorização, fortalecimento e revitalização da cultura nas escolas” (SANTOS *et al.*, 2015, p. 13707-8) e de consolidar um Educação Escolar Indígena “pautada pelos



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade” (GRUPIONI, 2006, p. 9).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, ressaltamos a importância da criação de materiais didáticos que possam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem que mesclam alunos indígenas e não-indígenas, com foco no fomento à pluralidade linguística e sociocultural dos contextos de minorias étnicas em sociedades hegemônicas, como fenômenos recorrentes em alguns espaços formativos.

Com o intuito de fomentar uma educação de qualidade, com devido respeito às diferenças, justificamos a importância dessa discussão, no sentido de produzir mais e melhores materiais para o contexto de ensino e aprendizagem de estudantes indígenas em escolas urbanas, com o objetivo de romper fronteiras, especialmente para instituições não-indígenas “considerando que vivemos em um mundo multicultural e que cada vez mais se percebe a necessidade de discutir a questão das minorias numa tentativa de buscar respeito e garantia de seus direitos [...]” (SILVA, 2018, p. 58.).

Outras reflexões e perspectivas também se fazem necessárias como a urgência de financiamento governamental para realização de novas pesquisas que possam incluir diferentes dimensões, tais como a documentação de línguas em extinção, a produção de materiais didáticos específicos e diferenciados, alinhados à política de qualidade da educação e à formação adequada de professores, a fim de possibilitar “a troca de experiências e vivência de novas práticas para uma atuação de forma consciente e responsável na educação intercultural” (SANTOS; SERRÃO, 2017, p. 220).

Isso implica fortalecer os aspectos multiétnicos, interculturais e multilíngues, bem como ampliar um acervo que possa, por meio de produtos e de processos educacionais, consolidar novas práticas pedagógicas, melhorar a interlocução entre alunos indígenas, não indígenas e docentes, estimular o respeito à diversidade étnica, salvaguardar línguas, culturas e tradições, compreendendo o papel, funcionalidade e o futuro das línguas indígenas no contexto educativo.

Considerando que há um conjunto de pesquisas publicadas referentes à temática indígena, especialmente na região Amazônica, que englobam uma série de fatores, tais como “língua, origem, costumes, questões sociais, relacionadas aos povos, mas pouco se enfatiza a respeito da análise e do levantamento da produção, qualidade e utilidade do material didático usado na educação escolar indígena” (SANTOS *et al.*, 2015, p. 13714), estudos futuros visam a ampliar as pesquisas sobre aspectos qualitativos, relacionados aos materiais já produzidos para o contexto educativo indígena, como critérios metodológicos,



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

de avaliação e de validação, tendo como foco a qualidade educativa e a preservação das línguas originárias do território brasileiro, especialmente no contexto amazônico.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição Federal República Federativa do Brasil* – 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 05 mar. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Lei da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 8.670*, de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8670-30-junho-1993-363268-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 1 mar. 2021.
- BRASIL. *Alfabetização e Diversidade. Materiais didáticos e paradidáticos em Línguas Indígenas*. Brasília, MEC/SECAD, 2008
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*, Distrito Federal, 2018, p 7-14.
- BRASIL. *Referencial curricular nacional para escolas indígenas*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1998.
- BRASIL. *Decreto Federal nº 7387/2010*. Inventário Nacional de Diversidade Linguística, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm). Acesso em: 6 mar. 2021.
- CASTILLO, Felipe Canuto. *Elaboración de materiales educativos en lenguas indígenas: " el interactivo otomí "*, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/278967553\\_ELABORACION\\_DE\\_MATERIALES\\_EDUCATIVOS\\_EN LENGUAS\\_INDIGENAS\\_EL\\_INTERACTIVO\\_OTOMI](https://www.researchgate.net/publication/278967553_ELABORACION_DE_MATERIALES_EDUCATIVOS_EN LENGUAS_INDIGENAS_EL_INTERACTIVO_OTOMI). Acesso em: 7 mar. 2021.
- CAVALCANTI, Lucíola Inês Pessoa. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia. *Rev. Bras. Educ.* n.22, Rio de Janeiro, 2003.
- CEBRIÁN, Manuel; NOGUERA, Juan. Conocimiento indígena sobre el medio ambiente y diseño de materiales educativos. *Comunicar*, v. 17, n. 34, 2010, p. 115-124.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

CORTESÃO, Luiza; STOER, Stephen R. A interface da educação intercultural e a gestão da diversidade na sala de aula. IN: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio. *Currículo na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 189-208.

CZARNY, Gabriela V. Pasar por la escuela. Metáfora que guarda distintas caras para abordar la relación comunidades indígenas y escolaridad. *Revista mexicana de investigación educativa*, México, v. 12, n. 34, p. 921-950, 2007.

DECRETO FEDERAL Nº 7387/2010. *Inventário Nacional de Diversidade Linguística*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm). Acesso em: 5 mar. 2021.

FREIRE, Maria do Céu Bessa. *A Criança Indígena na Escola Urbana: um desafio intercultural*. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Edição MEC/UNESCO, 2006.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.) *As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

GUIMARÃES, Denise. *As danças indígenas na formação inicial em educação física: app didático para o 2º ciclo do ensino fundamental*. Dissertação (Dissertação em desenvolvimento humano e tecnologias) – UNESP, 2019.

IBÁÑEZ-SALGADO, N. *et al.* La comprensión de la diversidad en interculturalidad y educación Convergencia. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 19, n. 59, 2012, p. 215-240.

IBGE. *Censo 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 2000-2010. Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

KUKUSH, Tiwi; ANTONIETA, Chiki. *Elaboración de recursos didácticos para el mejoramiento de los procesos de enseñanza aprendizaje en el área de lenguaje y literatura para los niños del primer año de Educación General Básica de la escuela Atilio Ampam cantón Morona*, periodo lectivo 2011-2012. 2012. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciada em Ciências de la Educación) - Universidad Politecnica del Ecuador, Cuenca, 2012.

LOPES, Mateus Sena. *Evasão e fracasso escolar de alunos indígenas do Instituto Federal de Roraima/Campus Amajari: um estudo de caso*. Juiz de Fora, MG: Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5792>. Acesso em: 3 mar. 2021.

MARQUES, Vandimar. A produção audiovisual como instrumento de resistência dos povos indígenas. *Visualidades*, v. 8, n. 1, 2010.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

MITCHELL, J. C. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 365-436.

MUBARAC SOBRINHO, R. S. As culturas infantis indígenas e os saberes da escola: uma prática pedagógica dos (des)encontros. *Práxis Educacional*, 6(8), 139-156, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/622/515>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PEREIRA, José Carlos Matos. Indígenas na cidade de Manaus (AM). *Novos Cadernos NAEA*, v. 23 n. 3, 2020, p. 11-31.

SANTOS, Jonise Nunes et al. Políticas de línguas, Educação Escolar Indígena e material didático específico. *Anais... Educere*, XII Congresso Nacional de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015, p. 13705-13716. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21236\\_10308.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21236_10308.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTOS, Rodrigo Barroso dos; SERRÃO, Michelle Carneiro. Educação Escolar Indígena em Escolas Urbanas: realidade ou utopia?. *RELEM – Revista Eletrônica Mutações*, 2017, p. 210-225.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. *Lei n. 145/2002, de 11 de dezembro de 2002*. Trata da cooficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, à língua portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas. Disponível em acervo da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. *Lei Municipal nº 145/2001*. Dispõe sobre a cooficialização das línguas indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira.

SILVA, Raynice Geraldine Pereira da. Esboço sociolinguístico Sateré-Mawé. *Revista Tellus*, ano 7, n. 13, out. 2007, p. 73-101. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/142>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, Francinete Pereira da. Educação Escolar Indígena: Espaço de Fronteira e de Possibilidades. *Revista Científica FAEST*, Tangará da Serra, v. 6, n. 1, p. 57-63, 2018.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Materiais didáticos para a/na Educação Indígena. *ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino* – UNICAMP, Campinas, 2012.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000115.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

VALENTINI, Ricardo Eusébio. *Pensando com o outro: a temática indígena e as possibilidades didáticas nos vídeos do Youtube*. Dissertação (Dissertação em história) – UFRGS, 2018



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.53814

ZARZA, Frida Villa Vivencio, VELASCO, Zandra Pérez e VÁZQUEZ, Mariela Cortés. *Materiales educativos para lenguas indígenas*, 2012. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/24639850/Materiales\\_educativos\\_para\\_lenguas\\_ind%C3%ADgenas](https://www.academia.edu/24639850/Materiales_educativos_para_lenguas_ind%C3%ADgenas).  
Acesso em: 17 jan. 2021.

*Recebido em 17 de agosto de 2020*

*Aceito em 07 de abril de 2021*



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.